

SUMÁRIO

<i>Prefácio da 1ª edição</i>	7
<i>Apresentação da 6ª edição</i>	9
<i>Apresentação da 5ª edição</i>	11
<i>Apresentação da 4ª edição</i>	13
<i>Apresentação da 3ª edição</i>	15
<i>Apresentação da 2ª edição</i>	17
1. INTRODUÇÃO	27
1.1 <i>Delimitação do tema e justificativa da escolha</i>	27
1.2 <i>Fases metodológicas do processo civil: do imanentismo ao instrumentalismo</i>	29
1.3 <i>Visão moderna: equacionamento adequado da relação entre o Direito e o processo</i>	32
1.4 <i>Necessidade de adequação das diversas espécies de tutela jurisdicional para a efetividade e instrumentalidade do processo coletivo</i>	34
1.5 <i>Processo coletivo como vertente metodológica do instrumentalismo substancial</i>	37
2. DADOS HISTÓRICOS	44
2.1 <i>Antecedentes remotos do processo civil romano</i>	44
2.2 <i>Evolução histórica do processo coletivo brasileiro</i>	54
2.3 <i>Breves anotações relacionadas ao Direito Comparado</i>	57
2.3.1 <i>Itália</i>	58
2.3.2 <i>“Class actions”</i>	64
2.4 <i>Tutela coletiva na experiência estrangeira recente</i>	77
2.4.1 <i>Experiência italiana</i>	77
2.4.2 <i>Experiência americana</i>	86
2.4.3 <i>Experiência inglesa</i>	93
2.4.4 <i>Experiência alemã</i>	97
2.4.5 <i>Reflexões sobre o processo coletivo brasileiro</i>	106

3. DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO PROCESSO COLETIVO...	113
3.1 <i>Direito subjetivo ou interesse</i>	113
3.2 <i>Interesses: jurídico, material, processual, privado e público (primário ou secundário)</i>	119
3.3 <i>Interesses supra ou metaindividuais</i>	123
3.4 <i>Interesses difusos</i>	126
3.5 <i>Interesses coletivos</i>	131
3.6 <i>Interesses individuais homogêneos</i>	133
3.7 <i>Proposta de nova tipologia: a construção de Edilson Vitorelli</i>	138
4. LEGISLAÇÃO VIGENTE: NORMAS QUE REGEM O PROCESSO COLETIVO	139
4.1 <i>Lei da Ação Popular</i>	140
4.2 <i>Lei da Ação Civil Pública</i>	142
4.3 <i>Defesa das pessoas portadoras de deficiência</i>	150
4.4 <i>Defesa dos investidores do mercado de valores mobiliários</i>	152
4.5 <i>Defesa da criança e do adolescente</i>	155
4.6 <i>Código de Defesa do Consumidor</i>	158
4.7 <i>Lei da Improbidade Administrativa</i>	160
4.8 <i>Defesa da ordem econômica e da livre concorrência</i>	164
4.9 <i>Legislação orgânica do Ministério Público</i>	166
4.10 <i>Defesa da ordem urbanística</i>	168
4.11 <i>Defesa do idoso</i>	169
4.12 <i>Estatuto de Defesa do Torcedor e Lei Geral do Esporte</i>	170
4.13 <i>Interação da legislação vigente: sistema integrado de tutela dos interesses metaindividuais</i>	171
4.14 <i>Movimento em prol do projeto de codificação coletiva e o Projeto de Lei 5.139/2009</i>	173
4.15 <i>O processo coletivo e o Código de Processo Civil/2015</i>	176
4.16 <i>Novas preocupações legislativas</i>	179
5. PROCESSO COLETIVO. ASPECTOS CONTROVERTIDOS	184
5.1 <i>Condições das ações coletivas</i>	185
5.2 <i>Legitimação ativa</i>	186
5.2.1 <i>Aspectos gerais</i>	186
5.2.2 <i>Natureza jurídica da legitimação coletiva</i>	191
5.2.3 <i>Legitimação concorrente e disjuntiva</i>	194
5.2.4 <i>Entidades e pessoas jurídicas legitimadas</i>	196

5.2.4.1	Exigência de autorização nas ações por “representação” em defesa de interesses individuais	202
5.2.5	<i>Representatividade adequada e pertinência temática</i>	204
5.2.6	<i>Controle judicial da legitimação e da representatividade adequada</i>	213
5.2.7	<i>Ministério Público como autor.....</i>	215
5.2.8	<i>Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....</i>	232
5.2.9	<i>Legitimação da Defensoria Pública.....</i>	236
5.3	Legitimação passiva.....	239
5.4	Coletividade no polo passivo (“defendant class action” – ação coletiva passiva).....	242
5.5	Interesse processual.....	248
5.6	Possibilidade jurídica do pedido	252
5.7	Competência.....	260
5.7.1	<i>Natureza das regras de competência.....</i>	260
5.7.2	<i>Competência da Justiça Federal.....</i>	262
5.7.3	<i>Hipótese de dano regional ou nacional.....</i>	266
5.7.4	<i>Competência de foro e competência de juízo.....</i>	269
5.7.5	<i>Caráter absoluto da competência no Código de Defesa do Consumidor.....</i>	269
5.7.6	<i>Competência absoluta, concorrência de foros e prevenção</i>	270
5.7.7	<i>Impossibilidade de eleição de foro.....</i>	271
5.7.8	<i>Prerrogativa de foro em defesa de direitos do idoso.....</i>	272
5.8	Procedimento	273
5.9	Elementos de identificação das ações coletivas. Partes, causa de pedir e pedido	275
5.9.1	<i>Partes.....</i>	277
5.9.2	<i>Causa de pedir.....</i>	279
5.9.3	<i>Pedido.....</i>	283
5.10	Intervenção de terceiros, assistência, litisconsórcio, a atuação conjunta entre Ministérios Públicos e a intervenção do “amicus curiae”.....	285
5.10.1	<i>De ordem geral.....</i>	285
5.10.2	<i>Oposição e nomeação à autoria.....</i>	286
5.10.3	<i>Denúnciação da lide e chamamento ao processo</i>	287
5.10.4	<i>Assistência e litisconsórcio.....</i>	291
5.10.5	<i>Atuação conjunta de Ministérios Públicos.....</i>	297
5.10.6	<i>Intervenção do “amicus curiae”.....</i>	300
5.11	Reversibilidade da posição do Poder Público na ação coletiva.....	302

5.12	<i>Convívio entre ações coletivas e entre estas e as ações individuais: conexão, continência, litispendência e coisa julgada</i>	303
5.12.1	<i>Generalidades</i>	303
5.12.2	<i>Convívio ou correlação entre ações coletivas</i>	305
5.12.3	<i>Convívio entre ações coletivas e ações individuais</i>	309
5.12.4	<i>Reconvenção e ação coletiva</i>	312
5.13	<i>Coisa julgada “secundum eventum litis” e sua indevida restrição</i>	314
5.13.1	<i>Generalidades</i>	314
5.13.2	<i>Coisa julgada “secundum eventum litis vel probationis”</i>	320
5.13.3	<i>Hipóteses tratadas pelo legislador</i>	326
5.13.4	<i>Coisa julgada nos interesses difusos</i>	326
5.13.5	<i>Coisa julgada nos interesses coletivos</i>	327
5.13.6	<i>Coisa julgada nos interesses individuais homogêneos e o problema da suspensão de ações individuais (art. 104 do CDC)</i>	328
5.13.7	<i>Extensão “in utilibus” da coisa julgada decorrente da sentença penal condenatória</i>	333
5.13.8	<i>Extensão “in utilibus” da coisa julgada coletiva</i>	335
5.13.9	<i>Indevidas tentativas de restrição da coisa julgada coletiva</i>	336
5.13.10	<i>Novas tendências na correlação entre ações individuais e coletivas</i>	339
5.13.11	<i>Coisa julgada na ação coletiva passiva</i>	345
5.14	<i>Demandas ajuizáveis</i>	347
5.15	<i>Tutela cautelar, antecipação da tutela</i>	354
5.15.1	<i>Generalidades</i>	354
5.15.2	<i>Restrições às medidas de urgência</i>	360
5.15.3	<i>Prazo para ajuizamento da ação principal e eficácia da medida em caráter preparatório</i>	363
5.16	<i>Sentença nas ações coletivas</i>	364
5.17	<i>Multa liminar e multa condenatória</i>	366
5.18	<i>Inquérito civil</i>	372
5.18.1	<i>Generalidades</i>	372
5.18.2	<i>Especificidades do inquérito civil</i>	374
5.18.2.1	<i>Natureza e pressupostos</i>	374
5.18.2.2	<i>Instauração</i>	376
5.18.2.3	<i>Publicidade e sigilo</i>	377
5.18.2.4	<i>Fases</i>	380
5.18.2.5	<i>Dispensabilidade</i>	380
5.18.2.6	<i>Poderes de investigação</i>	381

5.18.2.7	Ausência de nulidades.....	382
5.18.2.8	Devido processo legal: compreensão em sede de investigação civil	383
5.18.3	<i>Transação e compromisso de ajustamento</i>	386
5.18.4	<i>Arquivamento e seu controle</i>	392
5.18.5	<i>Recursos administrativos</i>	394
5.18.6	<i>Improbidade administrativa e acordos de leniência</i>	398
5.18.7	<i>Autorização legal para acordos em Improbidade Administrativa..</i>	402
5.18.8	<i>Dispositivos vetados e retomada da disciplina pela Lei 14.230/2021</i>	403
5.18.9	<i>Conteúdo e alcance do acordo de não persecução civil</i>	405
5.19	<i>Inversão do ônus da prova</i>	413
5.19.1	<i>Generalidades</i>	413
5.19.2	<i>Requisitos</i>	414
5.19.3	<i>Momento da inversão</i>	417
5.19.4	<i>Âmbito de aplicação</i>	419
5.19.5	<i>Adoção da teoria das cargas probatórias dinâmicas no Código de Processo Civil/2015</i>	422
5.20	<i>Atuação judicial de ofício: mitigação ao princípio dispositivo</i>	423
5.21	<i>Desistência da ação e renúncia ao direito</i>.....	427
5.22	<i>Prioridade para decisões de mérito</i>.....	432
5.23	<i>Prescrição e decadência nas ações coletivas</i>.....	433
5.23.1	<i>Generalidades</i>	433
5.23.2	<i>Prescrição e decadência no processo coletivo</i>	436
5.23.3	<i>Quanto aos interesses individuais homogêneos</i>	438
5.23.4	<i>Outros casos de imprescritibilidade no ordenamento e seus fundamentos</i>	440
5.23.5	<i>Imprescritibilidade para fins de reparação ao patrimônio público</i>	441
5.23.6	<i>Aplicação analógica do art. 37, § 5º, da CF a outros interesses difusos e coletivos</i>	443
5.23.7	<i>Prazos prescricionais e decadenciais aplicáveis em caso de interesses individuais homogêneos</i>	444
5.23.8	<i>Ação coletiva e interrupção da prescrição das pretensões individuais</i>	445
5.23.9	<i>Prazo para “habilitação” em interesses individuais homogêneos</i> .	446
5.24	<i>Recursos nas ações coletivas</i>.....	449
5.24.1	<i>Generalidades</i>	449
5.24.2	<i>Peculiaridade quanto aos efeitos dos recursos</i>	451

5.24.3	<i>Desistência de recurso e renúncia ao direito de recorrer.....</i>	452
5.25	<i>Execução.....</i>	454
5.25.1	<i>Generalidades.....</i>	454
5.25.2	<i>Mitigação da separação entre cognição e execução.....</i>	455
5.25.3	<i>Execução provisória e dispensa de caução.....</i>	457
5.25.4	<i>Execução nos interesses coletivos e difusos.....</i>	458
5.25.5	<i>Destinação de recursos ao Fundo de Interesses Difusos na execução.....</i>	460
5.25.6	<i>Execução específica (fazer e não fazer).....</i>	461
5.25.7	<i>Execução nos interesses individuais homogêneos.....</i>	463
5.25.8	<i>Execução coletiva nos interesses individuais homogêneos.....</i>	465
5.25.9	<i>Competência para a liquidação e execução da sentença coletiva..</i>	470
5.25.10	<i>Competência para liquidação e execução individual.....</i>	470
5.25.11	<i>Concurso entre créditos individuais e crédito coletivo.....</i>	473
5.25.12	<i>Acordos em execução e o Fundo de Interesses Difusos.....</i>	475
5.25.13	<i>Possibilidade de intervenção judicial na entidade executada.....</i>	476
5.25.14	<i>Possibilidade de direcionamento de recursos para fins distintos do FID.....</i>	477
5.26	<i>Liquidação.....</i>	480
5.26.1	<i>Pressuposto: sentença genérica.....</i>	480
5.26.2	<i>Espécies de liquidação e processo coletivo.....</i>	482
5.26.3	<i>Liquidação sobre os interesses individuais homogêneos: integralização do título judicial.....</i>	484
5.26.4	<i>Conversão das ações individuais suspensas em liquidação.....</i>	484
5.27	<i>Fundo de Reparação dos Interesses Difusos Lesados.....</i>	486
5.28	<i>Sucumbência nas demandas coletivas e custeio de perícias.....</i>	490
5.29	<i>Ações coletivas e o controle difuso de constitucionalidade.....</i>	497
5.30	<i>Ações coletivas e políticas públicas.....</i>	504
5.31	<i>Mandado de segurança coletivo: breves reflexões sobre a Lei 12.016/2009.....</i>	506
5.31.1	<i>Inconstitucionalidade: limitação do aspecto material do remédio constitucional.....</i>	508
5.31.2	<i>Restrição à legitimação dos partidos políticos.....</i>	508
5.31.3	<i>Correlação entre mandado de segurança individual e mandado de segurança coletivo.....</i>	509
5.31.4	<i>Coisa julgada no mandado de segurança coletivo.....</i>	510
5.32	<i>Código de Processo Civil/2015: interações com o processo coletivo.....</i>	511
5.33	<i>Processo coletivo e processo estrutural: interações e distinções.....</i>	513

5.33.1	<i>Origem e noções gerais sobre o processo estrutural</i>	513
5.33.2	<i>Processo estrutural e ações coletivas</i>	516
5.34.	<i>Processo coletivo e incidentes de julgamento de casos repetitivos</i>	520
5.34.1.	<i>Delimitação dos incidentes de casos repetitivos</i>	520
5.34.2.	<i>Projeção coletiva dos pronunciamentos sobre casos repetitivos</i>	522
6.	<i>TUTELA PENAL E ADMINISTRATIVA DOS INTERESSES METAINDIVIDUAIS</i>	524
6.1	<i>Generalidades</i>	524
6.2	<i>Tutela penal da Administração Pública no ordenamento coletivo</i>	526
6.3	<i>Tutela penal dos interesses supraindividuais</i>	527
6.4	<i>Tutela administrativa dos interesses supraindividuais</i>	534
7.	<i>PERSPECTIVAS DO PROCESSO COLETIVO</i>	536
	<i>BIBLIOGRAFIA</i>	542